

PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA: UMA ANÁLISE CONTEXTUAL

ITATIAIA NATIONAL PARK: A CONTEXTUAL ANALYSIS

Daniel Braga Hübner

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
Doutorando em Meio Ambiente pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Endereço: Av. Amazonas, 5253 sala 214 - Nova Suíça
30480-000 - Belo Horizonte, MG - Brasil
Telefone: (31) 33197146 Ramal: 7146
Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4732245Z6>
E-mail: danielhubner@gmail.com

Elza Maria Neffa

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
Doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/UFRRJ.
Endereço: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação.
Rua São Francisco Xavier, 524 - 12º andar sala 12005 Bloco F - Maracanã
20550-013 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Telefone: (21) 23340824 Ramal: 40825 Fax: (21) 25877864
Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4707734Z3>
Email: elzaneffa@hotmail.com

Data de submissão: 20 Jul. 10. **Data de aprovação:** 19 Ago. 10. **Sistema de avaliação:** *Double blind review*. Centro Universitário UNA. Prof. Dr. Mário Teixeira Reis Neto, Prof^a. Dra. Wanyr Romero Ferreira

Agência de financiamento: CEFET-MG, PICDT/CAPEX

Resumo

Este artigo apresenta um breve histórico do Parque Nacional do Itatiaia – PNI, identificando conflitos fundiários oriundos do impasse público/privado consequente da ampliação territorial de 11.943 ha para 30.000 ha. Tal ampliação foi estabelecida pelo Decreto n. 87.586/1982 que incorporou grupos humanos e suas atividades produtivas – agropecuária, na parte alta, e hotelaria e residências de temporada, na parte baixa. A metodologia utilizada foi a qualitativa com a técnica de observação participante. Foram analisadas as vulnerabilidades ambientais e sociais resultantes desse processo de ampliação que, na perspectiva de buscar soluções para os impasses, abriu possibilidades para a gestão participativa dessa Unidade de Conservação e para a implementação de estratégias produtivas sustentáveis, como práticas turísticas ancoradas em atividades de Educação Ambiental. O presente trabalho mostra análises de outros autores sobre o uso compartilhado dos recursos naturais e gestão participativa de unidades de conservação da natureza. Discute-se a dualidade entre desenvolvimento e proteção ambiental e analisa-se a presença antrópica e suas atividades produtivas em áreas protegidas. Indica-se as possibilidades e alternativas sustentáveis viáveis à diminuição das vulnerabilidades sociais e ambientais encontradas no Parque Nacional do Itatiaia.

Palavras-chave: Unidade de Conservação, vulnerabilidade social, gestão participativa, turismo e educação ambiental.

Abstract

This article presents a brief background on the Itatiaia National Park (PNI), by identifying real state conflicts arisen from the public/private deadlock of the territorial expansion from 11,943 ha to 30,000 ha. This was established by the Decree no. 87,586/1982 who incorporated human groups and their productive activities – agriculture and cattle raising in the high section, and hotel management and season residences in the low one. Based on the qualitative methodology and the technique of participating observation, it analyses the social and environmental vulnerabilities resulting from that expansion process, which aiming to seek solutions for the deadlocks, generated possibilities for the participative management of that Conservation Unit, as well as the implementation of sustainable productive strategies, such as tourist practices related to Environmental Education activities. The study presents analyses from other authors on the shared use of natural resources and the participative management of nature conservation units. Moreover, it discusses the duality between development and environmental protection, and analyses the anthropic presence and its productive activities in protected areas. Also, it points out viable possibilities and sustainable alternatives as to the reduction of social and environmental vulnerabilities found in the Itatiaia National Park.

Keywords: Conservation Unit, social vulnerability, participative management, tourism, and environmental education

1. Introdução

A participação das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação está assegurada no artigo 5º, incisos III, V, VIII, IX e X da lei nº. 9985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e as incentiva, bem como às organizações privadas, a estabelecerem e a administrarem unidades de conservação dentro do sistema nacional. De igual modo, a lei garante que o processo de criação e gestão dessas UCs seja feito de forma integrada com as políticas de administração das terras e águas circundantes, considerando as condições e as necessidades sociais e econômicas locais no desenvolvimento e na adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais. Propõe, ainda, os meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos para as populações tradicionais cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior das UCs.

Embora a referida lei garanta esses direitos às populações locais e instâncias de participação tenham sido instituídas para a gestão da UC, a incorporação de determinadas categorias de trabalhadores – pequenos produtores, hoteleiros, guias de turismo, dentre outros, ao território do PNI a partir de sua ampliação, em 1982, vem criando constrangimentos que geram conflitos entre os diversos atores sociais e expondo vulnerabilidades socioambientais frente às políticas públicas que aguçam a fragilidade socioeconômica desses atores sociais e contribuem para a geração de conflitos em seu cotidiano. Dentre esses conflitos, pode-se identificar:

- que a concepção de UC das comunidades locais difere da preconizada pelos gestores públicos do ICMBio, outrora IBAMA, cuja percepção de conservação da natureza limita a participação das populações na gestão da Unidade de Conservação frente aos interesses, às estratégias e aos instrumentos do poder público federal, no que diz respeito às normas de acesso e de utilização do espaço e dos recursos naturais;
- que o significado dado à terra como meio de subsistência pelas populações locais da parte alta contrapõe-se à visão de ambiente de pesquisa e de

turismo/lazer preconizada pelo Decreto n. 87.586/1982, que ampliou a extensão territorial do PNI de 11.943 ha para 30.000 ha;

- que a garantia constitucional do direito à posse, à manutenção e à venda das pequenas propriedades, dos hotéis e das residências das partes alta e baixa instituídas anteriormente à fundação do parque (1937) e ao decreto de ampliação confronta-se com a ameaça de desapropriação via indenização do Estado e explicita o conflito público x privado;
- que os obstáculos ao desenvolvimento de práticas de agropecuária nas pequenas propriedades da parte alta do PNI dificultam a reprodução dos meios de subsistência dos trabalhadores rurais locais, expondo suas fragilidades socioeconômicas;
- que a proibição de criação de animais domésticos sob a alegação de interferência no equilíbrio ecológico da fauna gera constrangimentos aos moradores em relação à administração pública do PNI;
- que a inexistência de coleta de resíduos sólidos no PNI manifesta ausência de política pública de saneamento básico.

Essa realidade conflituosa demanda análises que poderão contribuir para nortear políticas públicas capazes de superar tais impasses. Para tanto, este estudo objetiva:

- identificar as implicações da ampliação do Parque Nacional de Itatiaia na vida dos atores sociais que vivem, trabalham e estabelecem relações de lazer com essa Unidade de Conservação;
- caracterizar as vulnerabilidades ambientais e sociais a que estão submetidas as populações locais frente às políticas públicas de gestão das UCs.

2. A paisagem do Parque Nacional do Itatiaia

Localizado na Serra da Mantiqueira, o Parque Nacional do Itatiaia (PNI) abrange os municípios de Itatiaia e Resende, no estado do Rio de Janeiro, e Itamonte, Alagoa e Bocaina de Minas, no estado de Minas Gerais e situa-se nesses dois estados, a sudoeste do primeiro e a sudeste do segundo. Geograficamente, encontra-se entre os paralelos 22°19' e 22°45', latitude sul, e os meridianos 44°15' e 44°50', longitude oeste. Tal localização facilita seu acesso a partir de três grandes centros emissores de turistas do Brasil: Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro (FIG. 1).

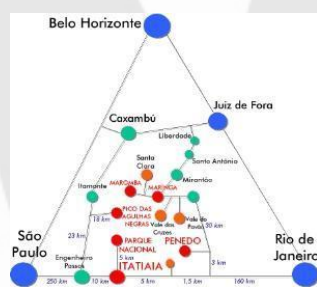


FIGURA 1 – Localização do PNI na região sudeste/Brasil
Fonte: PNI, 2010.

O PNI possui dois planos distintos denominados Parte Alta e Parte Baixa que se complementam formando uma totalidade que caracteriza o primeiro Parque Nacional do Brasil.

A parte alta, conhecida como Planalto, é composta por montanhas e espécies típicas de ambientes com grandes altitudes e baixas temperaturas. O montanhismo, prática freqüente

dos visitantes, ocorre dada a presença de uma cadeia de montanhas do Maciço do Itatiaia, que contém o Pico das Agulhas Negras e uma paisagem de beleza cênica singular que incorpora, ainda, o Morro do Couto, o Cume das Prateleiras e a Pedra do Altar.

A parte baixa, onde se localizam a sede administrativa do PNI/IBAMA, o Centro de Visitantes e o Museu da Flora e da Fauna, atrai os visitantes pelo convívio com pequenos animais – macacos, esquilos, quatis –, pela variedade de aves e pelos inúmeros espécimes de plantas, com destaque para as bromélias. Além disso, as cachoeiras do Maromba e do Poranga, o lago azul e o Mirante do Último Adeus, de onde é possível observar as partes alta e baixa do PNI, enriquecem a paisagem.

Na FIG. 2, pode-se vislumbrar os atrativos turísticos que o PNI oferece.

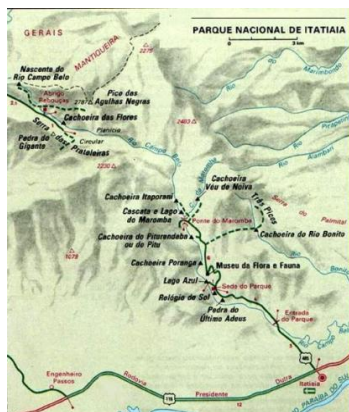


FIGURA 2 – Planta e orientação dos atrativos do PNI
Fonte: PNI, 2010.

Acredita-se que o termo Itatiaia origina-se dos vocábulos da língua tupi: *ita* = *pedra*; *tiãã* = *ponta*, *dente*, que expressam as formas pontiagudas da Serra da Mantiqueira, com destaque para o Pico das Agulhas Negras, ponto mais alto da região com 2787m de altitude. Estudiosos da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (2000, p. 21) apontam os nativos da família Tupi, da tribo conhecida como Puri, como os primeiros habitantes da região do vale do rio Paraíba do Sul.

Com a descoberta das jazidas de ouro em Minas Gerais, no final do séc. XVII, a região do Itatiaia tornou-se passagem para o interior da Colônia. Há registros de uma expedição partindo de Aiuruoca em busca de ouro na região, em 1744, sem sucesso. A utilização de pontos de apoio de trilhas por tropeiros deu origem a cidades como Resende. A decadência do ciclo do ouro cedeu lugar ao ciclo do café que fez da Província do Rio de Janeiro o sustentáculo da economia brasileira com a monocultura de exportação, tendo Resende como vanguarda.

Todos os ciclos econômicos desenvolvidos no Brasil desde o século XVI - pau-brasil, mineração, cana de açúcar, cafeicultura e pecuária - exerceram forte pressão sobre o meio ambiente, dada a dinâmica predatória de exploração da natureza. Dentre esses, dados do IEF (1994) comprovam que a pecuária foi a maior responsável pela devastação da Mata Atlântica no estado do Rio de Janeiro. Neffa (2001, p. 88) esclarece que

se, no século XVI, 97% do território fluminense eram cobertos por matas nativas, até meados da última década do século XX, esse percentual caiu para 17,6% da superfície estadual, segundo dados do Instituto Estadual de Florestas (1994). A ação do desmatamento ocorreu com a cafeicultura, no século XIX, quando este percentual teve uma queda para 81% e, mais intensamente, na primeira metade do século XX, com a implantação de atividades de pecuária extensiva, quando a cobertura vegetal

diminuiu para 25% de sua área total. A partir de 1960, o desmatamento prossegue (...) e, na atualidade, a paisagem é dominada por morros com solos exauridos, revestidos de plantas herbáceas, principalmente as gramíneas, caracterizando pastos improdutivos que, na região do Médio Paraíba do Sul, representam 70% da superfície da bacia hidrográfica. (NEFFA, 2001)

Thielen (2001, *apud* Hübner, 2007, p. 43) confirma essa prática predatória ao narrar que

durante 500 anos, a Mata Atlântica foi explorada e propiciou lucro ao homem. Ainda no século XVI, houve a extração predatória do pau-brasil utilizado para tintura de tecidos e construção. A segunda grande investida foi o ciclo da cana-de-açúcar. Grandes áreas de Mata Atlântica foram destruídas, não apenas para abrir espaço para os canaviais, mas também para alimentar as construções dos engenhos e as fornalhas da indústria do açúcar. O descaso ambiental era tão grande que, até o final do século XIX, ao invés de alimentar as caldeiras dos engenhos com o próprio bagaço da cana, prática rotineira no Caribe, optava-se por queimar árvores para servir de lenha. (THIELEN, 2001, *apud* HÜBNER, 2007)

As áreas remanescentes, protegidas em Unidades de Conservação dentro da Área de Preservação Ambiental da Serra da Mantiqueira (Decreto 91304, de 03/06/85) apresentam ilhas de matas que estão ajudando a disseminar as espécies florestais pela região, através dos tradicionais mecanismos de dispersão das sementes. Mesmo protegidas em Unidades de Conservação, essas áreas continuam sujeitas a ações predatórias de retirada de palmito, de madeiras, de plantas ornamentais, caça e pesca, além de práticas de queimadas, como é o caso do PNI.

Contraditoriamente, em 1913, quando foi proposta a sua criação pelo naturalista suíço Hubmayer, o que se destacava era o inesgotável potencial para a pesquisa científica de campo, já identificado por muitos outros naturalistas, dentre eles, Saint Hilaire (1816-22); Derby (1889); Ule (1898) e Dusen (1902), e a capacidade de se desenvolver turismo na região (FBDS, 2000, p. 23).

Somente em 1937, essa proposta veio a se concretizar. Através do Decreto Federal nº. 1.713, Getúlio Vargas cria o Parque Nacional do Itatiaia com uma área de 11.943 hectares. Por essa ocasião, já estava em vigor, desde 1934, o Código Florestal Brasileiro, o primeiro a disciplinar a criação de Parques Nacionais no país. Vale ressaltar que, anteriormente, em 1929, uma estação biológica foi criada no local, subordinada ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Conforme mencionado, a ampliação territorial do PNI para aproximadamente 30 mil hectares só veio a ocorrer com o Decreto 87.586/82 assinado pelo então presidente João Batista Figueiredo.

Desde então, os doze rios e córregos - Campo Belo, Taquaral, Tapera, Alambari, Aiuruoca, Maromba, Itaporani, Rebouças, Bonito, Água Branca, Preto e Agulhas Negras enriquecem a paisagem do PNI, com suas inúmeras nascentes, cachoeiras e lagos, ao lado de uma rica biodiversidade que conta com aproximadamente 365 espécies de aves, mais de 50 espécies de mamíferos, cerca de 5.000 espécies de insetos e com a presença do sapo vermelho e preto (*melanophryniscus moreirae*), apelidado de “flamenguinho”, hoje símbolo da UC. Também a cobertura vegetal com predominância de palmito Jussara, *eotherpes edulis*, que corresponde a cerca de 40% da área total do Parque e que o singulariza. Segundo servidores do Ibama/ICMBio, essa espécie arbórea leva aproximadamente sete anos para atingir seu tamanho adulto, como as existentes no PNI. O interesse de visitantes pelas bromélias, pelos animais, pelos pássaros e seus respectivos cantos e pelas paisagens montanhosas faz crescer as atividades turísticas. (HÜBNER, 2007)

Neste estudo, adota-se o conceito de Gandy (2004, p. 61), para quem “a paisagem ocupa um lugar central nas ciências que utilizam a dialética da natureza e da cultura como um meio de explicitar as interações e os elementos comuns da esfera biofísica e dos sistemas sociais” e incorpora-se a ideia de Milton Santos (1994, p. 68-69) que concebe a paisagem como uma espécie de marca da história do trabalho e das técnicas, mas não se reduzindo a ela, devendo ser pensada paralelamente às condições políticas, econômicas e culturais uma vez que a técnica tem um papel importante, mas não tem existência histórica fora das relações sociais.

Em ambos, a conceituação de paisagem incorpora a inserção do ser humano ao ambiente como agente ativo que, para além de sua presença, realiza transformações, construções e práticas produtivas em contextos históricos determinados.

3. Metodologia

Este estudo apresenta análises baseadas na metodologia qualitativa que, segundo Minayo (2007, p. 26-27),

não é uma mera classificação de opinião dos informantes, é muito mais. É a descoberta de seus códigos sociais a partir das falas, símbolos e observações. A busca da compreensão e da interpretação à luz da teoria aporta uma contribuição singular e contextualizada do pesquisador. (MINAYO, 2007)

Nessa perspectiva, a autora salienta que o processo de trabalho científico em pesquisa qualitativa pode ser dividido em três etapas: (1) fase exploratória; (2) trabalho de campo; (3) análise e tratamento do material empírico e documental. A pesquisa etnográfica dá suporte à “descrição dos elementos de uma cultura específica, tais como comportamentos, crenças e valores, baseada em informações coletadas mediante trabalho de campo” com o propósito de estudar “as pessoas em seu próprio ambiente, mediante a utilização de procedimentos como entrevistas em profundidade e observação participante” (GIL, 2010, p.40). Na concepção de Severino (2007, p.120), esse último procedimento, observação participante, adotado na pesquisa,

é aquele em que o pesquisador, para realizar a observação dos fenômenos, compartilha a vivência dos sujeitos pesquisados, participando, de forma sistemática e permanente, ao longo do tempo da pesquisa, das suas atividades. O pesquisador coloca-se numa postura de identificação com os pesquisados. Passa a interagir com eles em todas as situações, acompanhando todas as ações praticadas pelos sujeitos. Observando as manifestações dos sujeitos e as situações vividas, vai registrando descritivamente todos os elementos observados bem como as análises e considerações que fizer ao longo dessa participação. (SEVERINO, 2007)

A pesquisa utiliza-se, também, de entrevistas semi-estruturadas que, para Schlüter (2003, p.106), pode ser definida “como uma situação frente a frente em que uma pessoa, o *entrevistador*, faz perguntas à outra, o *entrevistado*, com o objetivo de obter respostas pertinentes ao tema estudado”. Severino (2007, p.125) utiliza a expressão entrevistas não-diretivas, esclarecendo que

por meio delas, colhem-se informações dos sujeitos a partir do seu discurso livre. O entrevistador mantém-se em escuta atenta, registrando todas as informações e só intervindo discretamente para, eventualmente, estimular o depoente. De preferência, deve praticar um diálogo descontraído, deixando o informante à vontade para expressar sem constrangimentos suas representações.(SEVERINO, 2007)

E, finalmente, procede a uma análise documental pressupondo estudos de

documentos em sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos mas, sobretudo, de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise (SEVERINO, 2007, p. 121).

Este artigo descreve parte dos estudos realizados no âmbito da pesquisa de doutorado multidisciplinar em Meio Ambiente da UERJ sobre o Turismo e a Educação Ambiental como instrumentos de sustentabilidade socioambiental de comunidades receptoras em Unidades de Conservação do Brasil: Parque Nacional de Itatiaia e as técnicas explicitadas foram adotadas para aplicação junto aos atores sociais desta unidade de conservação para que os dados colhidos sejam analisados e cientificamente trabalhados com o auxílio de literatura especializada.

4. O Parque Nacional do Itatiaia e a gestão participativa

No que se refere especificamente à legislação ambiental que trata das unidades de conservação, Paraíso (2003, p.144) afirma que “a participação dos cidadãos nas questões relativas ao meio ambiente tem sido possível por meio das consultas públicas e da formação de conselhos consultivos ou deliberativos para a elaboração dos planos de manejo das áreas protegidas.”

Para essa autora,

o debate sobre a participação tem tomado fôlego atualmente, principalmente diante dos grandes problemas enfrentados pelas instituições gestoras das unidades de conservação, relativos à manutenção desses espaços, em razão dos diversos conflitos com a população local. Tais embates têm sido gerados, em larga medida, pela imposição de restrições a essas populações no uso dos recursos naturais e pelo impedimento da sua permanência no território a ser preservado. No âmbito dos projetos conservacionistas, a cooperação entre as áreas protegidas e seu entorno tem sido considerada como uma importante estratégia para a superação dos conflitos. Da mesma forma, as políticas participativas têm sido em geral, compreendidas como uma alternativa para obter adesão da população local à proposta de conservação, bem como para a manutenção das UCs a longo prazo. (PARAÍSO, 2003)

Em relação ao modelo praticado, Paraíso chama atenção que

a criação de novos espaços públicos, como resultado do processo de alargamento democrático no Brasil, ao ocorrer simultaneamente à reestruturação do Estado e da economia, tem produzido uma confluência de dois projetos políticos distintos e antagônicos. Por um lado, observa-se uma maior possibilidade de interferência da sociedade civil nas decisões relativas a questões sociais e de interesse comum. No outro extremo, percebe-se a emergência do Estado Mínimo, que progressivamente se isenta do seu papel de assegurar os direitos do cidadão. Dagnino afirma que a utilização de referências comuns, como *sociedade civil*, *participação*, *cidadania*, colabora com as confluências entre estes dois projetos políticos. Tais coincidências, no nível discursivo podem ofuscar divergências fundamentais. Os ganhos alcançados com a constituição de novos espaços públicos vêm sendo minados pelo encolhimento do Estado e pela progressiva transferência de responsabilidades, como a defesa e gestão do meio ambiente para a sociedade civil e iniciativa privada (PARAÍSO, 2005, p.145).

Diversos autores, Paraíso (2005), Ranhema (2000), Dagnino (2004) ressaltam que o termo participação, frequentemente utilizado de forma generalizada, tem sido associado a aspectos morais e éticos, sem questionamento em qualquer ação que tenha a chancela de “participativa”. Dessa forma, observa-se que o termo participação, cuja essência refere-se a

um caráter emancipatório, passa a ser pautado por relações de tutela, de controle e de estabelecimento de limites dos sujeitos envolvidos no projeto em implementação, muitas vezes corroborando redirecionamento das ações em direções opostas às previstas no planejamento.

Enquanto necessidade de natureza social, a participação assegura a democracia participativa, quando os cidadãos sentem que, por “fazerem parte” da nação, “têm parte” concreta na sua condução e, por isso, “tomam parte” – cada qual em seu ambiente – na construção de uma nova sociedade da qual se “sentem parte” (BORDENAVE, 1995, p. 44).

No Brasil, a democracia participativa tem ampliado a adesão de grupos sociais e indivíduos a partir da Constituição de 1988, que estimulou a criação de novos modelos de gestão participativa. Carvalho *et al* (2005) lembram que “desde a promulgação da Constituição de 1988, vem sendo estimulada, institucionalmente, a implementação de um novo paradigma de gestão das políticas públicas que promova a descentralização das decisões e amplie o espaço de participação da sociedade.” No caso da participação social no campo da política ambiental, observa-se a adesão cada vez maior aos conselhos municipais de meio ambiente, aos comitês de bacias hidrográficas e aos conselhos consultivos das unidades de conservação, como ocorre no PNI, cujo conselho consultivo incorpora vinte e seis instituições que discutem as melhores estratégias e ações para o enfrentamento de seus problemas. Esse conselho é composto pelo ICMBio, por empresas da região, prefeituras dos cinco municípios cujo território do PNI está inserido, associações de moradores, de guias de turismo, o Exército Brasileiro, através da AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras) e do CRI (Centro de Recuperação de Itatiaia), grupos excursionistas, hoteleiros, amigos do parque, dentre outros (CONSELHO CONSULTIVO do PNI, 2009).

Conceitualmente, o conselho consultivo é um instrumento de gestão participativa que estimula o exercício democrático ao permitir aos diversos atores a exposição de suas demandas, a inserção na tomada de decisões e a busca coletiva de soluções para os problemas apresentados. Analisando a eficiência desse instrumento, Bordenave (1995) afirma que “a participação, mesmo concedida, encerra em si mesma um potencial da consciência crítica, da capacidade de tomar decisões e de adquirir poder”.

Em concordância com esse autor, Paraíso (2005, p.149) ressalta que

o conhecimento da realidade local, dos desejos e objetivos da população com a qual se irá trabalhar é um importante princípio das abordagens participativas. Sob a premissa da participação, a incorporação do conhecimento local nos programas de conservação ambiental e desenvolvimento social seria capaz de reduzir a predominância do discurso técnico-científico e promover o “empoderamento” da população local. (PARAÍSO, 2005)

Abramovay (2001) ressalta que, culturalmente, os brasileiros não estão acostumados à participação social em conselhos gestores. Enfatiza que a formação dos conselhos passa pelo processo de inserção no debate político das ações públicas, alocação de recursos governamentais e presença de conselheiros qualificados que, na maioria das vezes, assumem esse papel por indicação, sem qualificação técnica e autonomia decisória, perdendo-se na burocracia. Mas, mesmo assim, Abramovay considera a participação plural como um avanço.

5. Vulnerabilidades ambientais e vulnerabilidades sociais: uma análise contextual

Encontrar alternativas para as populações em risco e em condições de vulnerabilidade social é um desafio. Tal desafio começa pelo entendimento do sentido de vulnerabilidade.

Para Rodrigues (2008, p. 164), “vulnerabilidade social refere-se à ausência de condições de vida dignas na esfera da produção, de reprodução e da representação política. Um pressuposto é que os riscos e a vulnerabilidade social são decorrentes de um excesso de exploração e espoliação”. Segundo esse autor, socialmente vulneráveis são os grupos que não têm acesso à educação formal, aos equipamentos e meios de produção, ao trabalho remunerado, à terra para plantar, à participação nas instâncias políticas de deliberação e decisão e, em consequência, vivem à mercê de doenças e de intempéries naturais e em extrema pobreza.

Loureiro *et al* (2008, p. 18) confirmam tal definição ao entender a vulnerabilidade socioambiental como a situação de grupos específicos que se encontram: (1) em maior grau de dependência direta dos recursos naturais para produzir, trabalhar e melhorar as condições objetivas de vida; (2) excluídos do acesso aos bens públicos socialmente produzidos; e (3) ausentes de participação legítima em processos decisórios no que se refere à definição de políticas públicas que interferem na qualidade do ambiente em que se vive.

Os conflitos de interesse vivenciados entre os atores sociais envolvidos na vida cotidiana da UC expõem grupos humanos de populações residentes em seu território frente à concepção de preservação ambiental que obstaculiza atividades produtivas necessárias à sobrevivência. Conflitos socioambientais referem-se a um conjunto complexo de embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico (LITTLE, 2006, p. 91). Segundo Acselrad (1993), os conflitos ambientais podem ser categorizados em explícitos ou implícitos. Implícitos são aqueles em que as comunidades são atingidas por um processo de degradação do qual não têm consciência. Em certos casos, mesmo percebendo-o, as comunidades não associam a degradação ambiental às práticas e aos agentes sociais específicos. O conflito ambiental é explicitado quando as comunidades estabelecem uma associação lógica imediata entre a degradação do ambiente e a ação de agentes sociais determinados.

Rodrigues (2008, p.157) entende que “entre os colapsos do progresso está a descoberta de que o desenvolvimento é insustentável e assim surge o grande mito do “desenvolvimento sustentável” desdobrável em manejo integrado, manejo sustentável, minimização de riscos, diminuição da vulnerabilidade social.”

Diegues (1997, p.428) apresenta casos de sucesso de formas comunitárias de apropriação de espaços e recursos naturais em várias regiões e ecossistemas brasileiros, e também experiências de co-gestão desses espaços. O autor ressalta a dificuldade na continuidade desse modelo:

A contínua redução desses espaços comunitários, de uso comum e regulamentado socialmente, em decorrência das incursões de grupos econômicos poderosos, resultou, em alguns casos, no reforço e também na reorganização desses sistemas. Isso só se tornou possível na história recente do país, com o fim do regime autoritário e com o fortalecimento da sociedade civil organizada (sindicatos rurais, associações de base, organizações ambientalistas não-governamentais, movimentos nacionais de caráter nacional) e da presença de um contexto internacional favorável. O empenho dos “comunitários” em conservar seu modo de vida, em muitos casos, restringiu-se a situações locais e é duvidoso que o controle dos espaços e recursos usados em comum possa perdurar por muito tempo. (DIEGUES, 1997)

Em muitos casos, essa continuidade torna-se garantida apenas através de acordos mais ou menos informais com instituições oficiais do meio ambiente, como o IBAMA. A pouca divulgação concedida a esses acordos dificulta o surgimento de um movimento social mais amplo dos “comunitários”, dentro e fora das unidades de conservação. Contribui para tanto

uma legislação ambiental em muitos tópicos copiada dos países industrializados e que se tem revelado inadequada para os países do Terceiro Mundo, como sucede na criação de áreas naturais protegidas de onde a população tradicional deve ser expulsa. Do ângulo da “camisa de força” imposta por essa legislação, as populações tradicionais são consideradas “infratoras”, apesar de residirem em seus territórios ancestrais e mediante seu estilo de vida, terem contribuído significativamente para a conservação ambiental num horizonte de longo prazo.

O Parque Nacional do Itatiaia é palco desses “acordos de convivência” entre a gestão pública oficial e alguns atores sociais organizados em associações de hoteleiros e de populações tradicionais. Um desses acordos homologados com a participação do Ministério Público, buscando legitimar os limites de apropriação e gestão dos recursos naturais de cada ator social inserido no ambiente e no entorno do Parque Nacional do Itatiaia foi informado pelo chefe da UC, em recente (julho 2010) conversa informal. Para ilustrar, retirou-se do website do Mosaico Mantiqueira (2010), uma entidade que congrega diversas unidades de conservação da qual o PNI faz parte, a notícia da inserção do Poder Judiciário nessa disputa com a manifestação do *Juiz Federal de Resende, Dr. Paulo Pereira Leite Filho, não acatando pedidos da Associação dos Amigos de Itatiaia (AAI) de anulação do decreto de ampliação do Parque Nacional do Itatiaia (PNI) e a perda de jurisdição do parque nesta área*. Segundo o juiz, o pedido “não encontra espaço para ser deduzido através do instrumento eleito, ACP, pois o provimento judicial, se contemplasse tal pretensão, nitidamente estaria chocando-se contra o entendimento que faz acerca de proteção ambiental”.

Outros pedidos da AAI para que o PNI seja proibido de expedir atos expropriatórios dos imóveis situados na área do ex-núcleo colonial de Itatiaia e implemente a Monitoria do Plano de Manejo do parque na Parte Baixa também não foram acatados pelo Juiz que, em sua decisão, afirma que: “não se pode pretender, através de um provimento judicial, que seja retirada da Administração Pública, em abstrato, parcela de suas competências fixadas pela própria Constituição. Aliás, a desapropriação independe de atos administrativos anteriores, como pretende fazer crer a autora”. Essa decisão reforça a legitimidade das ações do Parque Nacional.

Entretanto Diegues (1997, p.429) acredita na viabilidade de uma gestão compartilhada entre os diversos atores sociais na proteção ambiental e no uso dos recursos naturais, indicando o caminho através da organização de movimentos sociais comunitários. Para tanto, defende que:

o reconhecimento social das reservas extrativistas mostra a importância de se repensar e se reconstruir as formas tradicionais de apropriação de espaços e recursos naturais renováveis em países do Terceiro Mundo. Essa reconstrução se realiza através de um processo dinâmico, no âmbito do qual as comunidades extrativistas buscam integrar o tradicional (sobretudo em termos de conhecimento e sistemas de manejo) e o moderno, procurando formas legais de existência dentro de territórios agora reconhecidos oficialmente. Através de suas organizações, elas vêm mostrando capazes também de realizar alianças com outros setores sociais no país, incluindo-se aqui as universidades, onde vão buscar alternativas técnicas para viabilizar economicamente suas conquistas. (DIEGUES, 1997)

A partir da organização de movimentos sociais comunitários, as populações tradicionais residentes em áreas de proteção restritivas têm conseguido legitimar os sistemas de apropriação comunitária de espaços e recursos naturais nas políticas públicas cujo objetivo é a proteção simultânea da biodiversidade e da diversidade sociocultural. O modelo de reservas extrativistas tem confirmado o sucesso dessas formas de gestão compartilhada entre diversos atores sociais.

Nessa perspectiva, Sachs (1997, p. 474) chama a atenção que o conceito de sustentabilidade apresenta cinco dimensões principais - social, econômica, ecológica, geográfica e cultural - e propõe que se pense sustentabilidade a partir da realidade dos diversos atores sociais e de suas dimensões, o que levanta alguns questionamentos, a saber: que tipo de sustentabilidade é almejada quando se instala uma unidade de conservação? Para quem essa unidade de conservação será sustentável?

Goulet (2001, p.73), ao citar o economista Paul Ekins, reflete sobre o desenvolvimento sustentável salientando que:

não há literalmente nenhuma experiência de economia industrial ambientalmente sustentável, em qualquer lugar no mundo, onde tal sustentabilidade se atribua a um estoque de capital inexaurível. É, portanto, evidente, de modo imediato que, com base na experiência passada apenas, o termo “desenvolvimento sustentável” não passa de algo mais que um oxímoro. (GOULET, 2001)

Alguns autores, entretanto veem compatibilidade entre desenvolvimento e sustentabilidade e na literatura que trata do turismo, Petrocchi (1998, p.59) afirma que

até os anos 60 (séc. XX), os administradores do turismo objetivavam ampliar a demanda, tendo suas atenções concentradas no número de visitantes. A partir dessa época começou a tomar força, no mundo todo, a consciência de preservação do meio ambiente. Essas preocupações invadiram a gestão do turismo, que muito depende da preservação da natureza. Instalou-se, então, um conflito que dura até os dias de hoje e sempre ocorrerá. E esse choque de objetivos no ambiente do turismo coloca frente a frente a promoção e a preservação. A expansão do turismo deve ocorrer até o limite da capacidade territorial de receber visitantes. Deve-se impor limites ao crescimento do turismo, pela preservação do meio ambiente, tanto do ponto de vista físico como do social. (PETROCCHI, 1998)

Na teoria do turismo é comum a abordagem e a elaboração de modelos que definem a capacidade de carga de um destino turístico. Esses estudos visam a estabelecer um limite de visitantes em determinado atrativo, de forma a não pressioná-lo até o ponto de saturação, perdendo qualidade. Tanto nos atrativos naturais como nos histórico-culturais, o limite de visitantes é abordado, mas a maior preocupação em estabelecer limites recai sobre os primeiros. Como não se tem uma modelogia que se aplique aos atrativos no que diz respeito a esse limite, ele vem sendo estabelecido por cada destino com critérios próprios. Ignarra (2002, p. 116) esclarece que

além dos aspectos intrínsecos de cada localidade, a capacidade de carga depende da percepção de cada pessoa. A dimensão da capacidade de carga pode variar da percepção de um biólogo para a percepção de um economista. Para o primeiro, a capacidade de carga tende a ser a menor possível visando a mitigar os impactos negativos da visitação turística e, para o segundo, a capacidade de carga tende ser a maior possível visando a maximizar os impactos positivos da geração da renda e do emprego. (IGNARRA, 2002)

6. A gestão dos recursos naturais em âmbito internacional

Em 2006, a ONU criou uma base de dados de indicadores para atingir objetivos de desenvolvimento no milênio (UNSD) e, com isso, estabeleceu uma estrutura com oito objetivos, dezoito alvos e quarenta e oito indicadores para medir o progresso, tendo por base um consenso de especialistas do Secretariado das Nações Unidas, FMI, OCDE e Banco Mundial. Esses objetivos consistem em:

- a. erradicar a pobreza extrema e a fome;
- b. alcançar a educação primária universal;
- c. promover a igualdade de gêneros e a capacitação profissional de mulheres;

- d. reduzir a mortalidade infantil;
- e. melhorar a saúde materna;
- f. combater o HIV/AIDS, malária e outras doenças;
- g. garantir a sustentabilidade ambiental;
- h. obter uma parceria global para o desenvolvimento.

No que concerne à sustentabilidade ambiental, há três alvos com seus respectivos indicadores, que explicitamos no quadro 1. Esse quadro define as características mais importantes da sustentabilidade ambiental. Deve-se notar que para Hübner *et al* (2007, p.2), o alvo 1 aponta para o capitalismo natural. Entretanto os seus indicadores não apontam para resultados de metodologias ou tecnologias que permitam atingir o alvo, de forma eficiente. Os únicos indicadores de poluição são a emissão de CO₂ e o consumo de CFCs, não há um indicador (alvo 2) associado a qualquer tecnologia eficiente referente a recursos hídricos.

QUADRO 1 - Alvos e indicadores referentes ao objetivo da ONU de garantir a sustentabilidade ambiental

Alvo	Indicadores
1. Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável em políticas e programas dos países e reverter a perda dos recursos ambientais	Proporção de terra coberta por florestas (FAO).
	Relação entre a área protegida para manter a diversidade biológica e a área superficial total (UNEP-WCMC).
	Uso de energia (kg de equivalente em petróleo) por US\$1000 de PIB (PPP) (IEA, WORLD BANK).
	Emissões de dióxido de carbono per capita (UNFCCC, UNSD) e consumo de CFCs que reduzem o ozônio (UNEP -Ozone Secretariat).
	Proporção da população que usa combustíveis sólidos (WHO).
2. Até 2015, reduzir à metade a proporção de pessoas sem acesso sustentável e seguro a água potável e a condições sanitárias.	Proporção da população com acesso sustentável a uma fonte de água adequada urbana e rural (UNICEF-WHO).
	Proporção da população com acesso a serviço sanitário adequado, urbano e rural (UNICEF-WHO).
3. Alcançar, até 2020, uma melhoria significativa do padrão de vida de, pelo menos, 100 milhões de favelados.	Proporção de famílias com acesso a posses habitacionais seguras (UN-HABITAT)

Fonte: UNSD, 2006.

O turismo planejado de forma sustentável pode vir a ser um suporte para os três alvos citados.

De acordo com Li et al. (2006), apesar de o desenvolvimento do turismo poder resultar em impactos negativos sobre os recursos naturais pelo seu mau uso e má gestão, há aspectos positivos a serem considerados. O turismo pode, por exemplo, ajudar a melhorar a conservação de recursos naturais, como demonstrado no estudo da reserva de biosfera de Jiuzhaigou, na China, cujos residentes desenvolveram atividades turísticas e desistiram de participar de caçadas, o que favoreceu a crença na possibilidade de se mudar comportamentos e mentalidades.

Entretanto há que se ressaltar os efeitos da inércia da administração governamental e da perda de oportunidades para o setor privado no que concerne ao turismo, o que demanda maior necessidade de que governo, empresas particulares, mídia, usuários do turismo e a população percebam os efeitos do turismo sobre o meio ambiente. Em outras palavras, há necessidade de desenvolver pesquisas e mecanismos de sustentabilidade para o turismo.

7. O ecoturismo em Unidades de Conservação

O ecoturismo emerge no período pós-Eco-92, devido ao reconhecimento dado pelo ambientalismo a essa atividade como alternativa para viabilização de propostas, projetos e ações de caráter ambiental que possibilitem geração de receitas advindas da sua operação a serem utilizadas diretamente na proteção, na pesquisa e na manutenção das áreas visitadas. Indiretamente, a atividade turística pode proporcionar à população local alternativas de renda em relação à exploração predatória e ilegal dos recursos naturais dessas áreas, com sua inserção nos serviços requeridos pela atividade ecoturística. Em um processo permanente, o ecoturismo serve como meio estratégico de disseminação da consciência ecológica, ampliando a base social de apoio à conservação da biodiversidade e da natureza.

Segundo a conceituação adotada pelo Programa de Ecoturismo da União Mundial para a Conservação,

Ecoturismo ou turismo ecológico consiste em viagens ambientalmente responsáveis com visitas a áreas naturais relativamente sem distúrbios, para desfrutar e apreciar a natureza – juntamente com as manifestações do passado ou do presente que possam existir – e que, ao mesmo tempo, promove a conservação, proporciona baixo impacto pelos visitantes e contribui positivamente para o envolvimento socioeconômico ativo das populações locais (PIRES, 2005, p. 79).

De igual modo, ao analisar a atividade turística e seus desdobramentos, Hübner (2007) demonstra ter o mesmo entendimento quando salienta que:

o turismo, como toda atividade humana, produz impactos sobre o ambiente onde é realizado e desenvolvido. Mas, comparado a outras atividades, é bem menos agressivo, além de ter uma significativa capacidade de educar seus participantes para a prática da conservação e preservação do meio ambiente. Pode constituir-se como um poderoso fator de desenvolvimento para determinadas regiões. Quando praticado com a preocupação da sustentabilidade, o turismo gera impactos mínimos e efeitos negativos reduzidos, tanto no ambiente natural como nos valores culturais das comunidades envolvidas, representados pelos patrimônios material e imaterial presentes nas localidades e regiões onde se realiza o ecoturismo. Cabe ressaltar que a prática da Educação Ambiental atua na formação cultural dos participantes, para que se possa assumir uma nova postura diante da preservação, conservação e melhoramentos do meio ambiente, especialmente natural. (HÜBNER, 2007)

O ano de 2002 foi palco da Cúpula Mundial do Ecoturismo realizada em Quebec/Canadá e declarado pelas Nações Unidas e pela Organização Mundial do Turismo como o Ano Internacional do Ecoturismo. Como desdobramento, o documento final do evento reconheceu a incorporação dos princípios do turismo sustentável em suas variáveis econômicas, sociais e ambientais, ressaltando que o ecoturismo contribui ativamente para a conservação do patrimônio natural e cultural; as comunidades locais e indígenas devem ser incluídas em seu planejamento, desenvolvimento e exploração, contribuindo para o seu bem-estar; o patrimônio natural e cultural deve ser disponibilizado aos seus visitantes e deve privilegiar circuitos organizados para grupos de tamanho reduzido mais do que a viajantes independentes.

Em se tratando de um segmento tão abrangente e de prática tão relevante atualmente, o ecoturismo interessa a vários setores da sociedade, dentre os quais se destacam as empresas de turismo, as organizações públicas e privadas, nacionais e internacionais, as instituições de ensino e pesquisa, as agências de fomento, as comunidades, a imprensa e demais atores sociais que participam das atividades com os turistas.

No início deste texto, relacionamos os conflitos existentes no PNI. O primeiro deles trata do entendimento de UC, ora compreendido com a presença de populações humanas e ora defendendo a ausência do ser humano do ambiente da UC. Diegues (1997, p.409) exemplifica claramente a importância da presença humana no ambiente da UC, esclarecendo que não é a presença de comunidades que contribui com a degradação ambiental. O autor afirma que

Em determinados momentos históricos, as formas de apropriação comum dos recursos passaram a sofrer o impacto de outras formas de propriedade, como a estatal ou a privada, tendendo hoje ao desaparecimento. Em alguns casos, a ameaça externa tem sido um elemento essencial na afirmação dos direitos comunitários e na reconstrução da tradição; em outros, o próprio Estado reconheceu juridicamente a legitimidade desses arranjos tradicionais frente à expansão da grande propriedade particular. Esse último caso pode ser comprovado através do reconhecimento governamental das “reservas extrativistas” dos seringueiros da Amazônia, bem como dos direitos históricos de algumas populações tradicionais que vivem em algumas unidades de proteção ambiental, e de onde, nos termos da legislação vigente, deveriam ser expulsos (a exemplo da Estação Ecológica de Mamirauá). Em ambos os casos, defrontamo-nos com exemplos potenciais de experiências de “desenvolvimento sustentado”. (DIEGUES, 1997)

Muitas das experiências realizadas baseiam-se na constatação de que o modo de vida dessas populações tem garantido proteção ecológica aos ecossistemas florestais ou aquáticos avaliados como importantes para a preservação, tanto da biodiversidade quanto da “sociodiversidade” ou “diversidade cultural”.

A estrutura administrativa do PNI possui uma Coordenadoria de Uso Público e Ecoturismo, cujo coordenador é um biólogo, analista ambiental do ICMBio. Desde 2002, ano em que se comemorou o Ano Internacional do Ecoturismo, está em curso o Plano Estratégico de Ecoturismo¹ que desenvolve três programas orientadores do Planejamento do Turismo no PNI – (PNI, 2010):

1) *Programa Condutores de Visitantes* que tem como meta o envolvimento comunitário e o incentivo às melhores práticas de condução de visitantes, através de ações de capacitação da comunidade local nos processos da visitação pública, no mínimo impacto em áreas naturais, na hospitalidade, no conhecimento geral do ambiente do Parque, bem como, na legislação que trata da conservação de Parques Nacionais Brasileiros. O Parque Nacional do Itatiaia sugere ao visitante que faça contato com um condutor cadastrado no Programa, de modo a contar com mais segurança e melhores informações sobre a UC.

2) *Programa de Pesquisa em Uso Público e Sustentabilidade do Turismo* que apresenta como linhas de estudo: Motivação e Percepção do Visitante; Capacidade de Suporte Turístico; Marketing no PNI; Ecoturismo e Populações Locais; Turismo de Inclusão (Artesãos e Culturas Locais); Psicologia Social, Gestão Participativa em UCs; Desenvolvimento Humano e Conservação da Natureza e Sinalização e Informação Turística.

3) *Programa de Voluntariado nas Áreas de Uso Público* para a prática do Ecoturismo com Interpretação e Educação Ambiental para o Visitante, de

¹ As informações e detalhes do Plano Estratégico de Ecoturismo estão disponibilizados na página do Parque Nacional na internet.

O endereço eletrônico é: http://www4.icmbio.gov.br/parna_itatiaia/index.php?id_menu=127

modo que a experiência de visitação seja motivada pelos princípios da Consciência Ambiental. Os voluntários no Parque Nacional do Itatiaia que atuam nas Áreas de Uso Público orientam a conduta do visitante e a recreação, incentivam o lazer, geram segurança e informações úteis ao turista.

8. Considerações finais

A implementação de uma Unidade de Conservação deve considerar o histórico de permanência humana na região, além das questões ambientais. O Parque Nacional do Itatiaia foi o primeiro a ser criado no Brasil, mas muitos de seus problemas fundiários atuais são decorrentes da ampliação territorial ocorrida em 1982, no período da ditadura militar. O SNUC pretende resolver alguns desses impasses nas unidades de conservação brasileiras, a partir da gestão compartilhada entre os diversos atores sociais que compõem os ambientes das áreas protegidas. Em atendimento a essa orientação, o Conselho Consultivo do PNI foi criado pela Portaria Ibama nº. 96 e encontra-se em funcionamento desde 2002, de forma a contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas para a proteção das águas e nascentes, dos biomas, das espécies da fauna e da flora, do ordenamento das práticas produtivas e da organização da utilização dos recursos naturais de forma a garantir a sustentabilidade e as relações não predatórias entre o ser humano e a natureza.

A proposição de discussões no Conselho Consultivo sobre a elaboração de um Plano de Manejo do PNI que identifiquem as especificidades das partes alta e baixa e suas potencialidades, de modo a aprimorar a utilização, o acompanhamento e o monitoramento das atividades desenvolvidas no interior do seu território, aponta a construção compartilhada de estratégias capazes de diminuir as vulnerabilidades sociais e ambientais identificadas.

A análise da questão fundiária nas Unidades de Conservação revela a necessidade de se incrementar, junto às comunidades inseridas nesses ambientes, atividades produtivas geradoras de renda que, de maneira sustentável, garantam condições dignas de vida e trabalho para aqueles que, por direito, habitam o PNI.

A atividade turística apresenta-se como uma dessas alternativas, visto que o investimento é relativamente baixo para a manutenção dos serviços de hospedagem e alimentação; a natureza, rica em atrativos, é suficiente para atrair turistas ao local, mas consideram-se necessárias melhorias na infra-estrutura de apoio e recebimento de visitantes; há possibilidade de desenvolver estratégias de educação ambiental que sensibilizem o turista para a importância de se preservar os recursos naturais, além de haver controle sobre o turismo de massas em Unidades de Conservação.

O turismo é uma atividade antrópica impactante, embora menos se comparada a outras atividades econômicas como a mineração, a siderurgia, a indústria extrativa, energética, dentre outras. Os efeitos negativos do turismo e os impactos no meio ambiente devem ser analisados para que sua prática ocorra de forma sustentada e equilibrada, servindo como ferramenta de gestão e educação ambiental.

A atividade turística contribui como instrumento de educação ambiental para a conservação da natureza porque sua prática em uma unidade de conservação de forma direcionada permite o aprendizado e o desenvolvimento da sensibilidade ambiental, via práticas educativas que visem ao equilíbrio da dinâmica ambiental, tão necessário à sobrevivência de inúmeras espécies, inclusive a humana.

Concluindo, entende-se que para se alcançar metas sustentáveis, o desenvolvimento deve ser controlado e não predatório e a proteção ambiental deve garantir a realização de atividades antrópicas que favoreçam a sobrevivência das populações tradicionais e de outros atores sociais locais. O turismo no Parque Nacional do Itatiaia é de interesse dos próprios agentes envolvidos e, por isso, a participação no controle e no monitoramento sociambiental é fundamental, tendo em vista que a gestão compartilhada possibilita a redução das vulnerabilidades sociais encontradas atualmente no PNI.

Referências

- ABRAMOVAY, R. Conselhos além dos limites. *Estudos Avançados*, 2001. p. 121-140.
- ACSELRAD, Henri. *Ecologia: Direito do cidadão*. Rio de Janeiro: Gráfica JB, 1993.
- ACSELRAD, Henri. Vulnerabilidade ambiental, processos e relações. Comunicação ao II Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais. Rio de Janeiro: FIBGE, 2006.
- ACSELRAD, Henri. Apresentação. In: ZHOURI, Andréa. LASCHEFSKI, Klemens. PEREIRA, Doralice Barros. *A insustentável leveza da política ambiental*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- BORDENAVE, J.D. *O que é participação?* São Paulo: Brasiliense, 1995.
- CARVALHO, P. G. M. de, OLIVEIRA, S. M. M. C. de, BARCELLOS, F. C. e ASSIS, J. M. *Gestão local e meio ambiente*. *Ambiente e Sociedade*, 2005. p. 1-19.
- DIEGUES, A. C. (1997). Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: VIEIRA, P. F. e WEBER, J. [Orgs.]. *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, 1997.
- DRUMMOND, J. A. 1997. *Devastação e Preservação Ambiental: Os Parques Nacionais do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: EDUFF, 1997.
- FBDS. Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável. *O Parque Nacional do Itatiaia*. Editor: Ângelo A. dos Santos. *Cadernos FBDS 3*. Rio de Janeiro, 2000.
- GANDY, Mathew. Paisagem, estéticas e ideologia. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (orgs.). *Paisagens, textos e identidades*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.
- CÂMARA, J. B. D.; SANTOS, T. C. C. [Orgs.]; *GEO BRASIL 2002: Perspectivas do Meio Ambiente no Brasil* Brasília: Edições IBAMA, 2002.
- GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GOULET, Denis. Desenvolvimento autêntico: fazendo-o sustentável. In: CAVALCANTI, Clovis (Org.). *Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. 3. ed. São Paulo: Cortez. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.
- HÜBNER, D. B. *A biodiversidade e o turismo em unidades de conservação do Brasil: Parque Nacional do Itatiaia*. (Dissertação de Mestrado). Belo Horizonte: UNA, 2007.

- Parque nacional do Itatiaia: uma análise contextual
- HÜBNER, D. B., BAHIA, E. T., FORTES, M. e FERREIRA, W.F. Sustentabilidade e biodiversidade em unidades de conservação do Brasil - parte 2: Estudo de caso no Parque Nacional do Itatiaia. Anais do Terceiro Encontro Técnico-Científico da Sétima Ecolatina, Belo Horizonte, 16-19 de outubro de 2007, CD-ROM.
- IGNARRA, Luiz Renato. Fundamentos do turismo. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- LI, W.; ZHANG, Q.; LIU, C.; Xue, Q. Tourism's impacts on natural resources: a positive case from China. *Environmental Management*, v. 38, n. 4, 2006. p. 572-579(8).
- LOUREIRO, Carlos Frederico B. et al. Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação. 3. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Ibama/NEA. 2008.
- MOSAICO MANTIQUEIRA. Informativo eletrônico n.4, 16 de agosto de 2010. Disponível em <http://www.mosaicomantiqueira.org.br/site/> . Acesso em 17 de agosto de 2010.
- NEFFA, Elza. Desenvolvimento e degradação ambiental - um estudo na região do Médio Paraíba do Sul. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2001.
- PARAÍSO, L. B. Dilemas da participação na gestão de unidades de conservação. In: ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens, PEREIRA, Doralice Barros. A insustentável leveza da política ambiental. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- PETROCCHI, Mario. Turismo: planejamento e gestão. São Paulo: Futura, 1998.
- PIRES, Paulo dos Santos. Entendendo o ecoturismo. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi et al. Análises regionais e globais do turismo brasileiro. São Paulo: Roca, 2005.
- PNI – PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA. Disponível em http://www4.icmbio.gov.br/parna_itatiaia/index.php?id_menu=127. Acesso em 17 de agosto de 2010.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. Evitar tragédias, corrigir problemas? In: LEMOS, Amália Inês G. de, ROSS; Jurandyr Luciano Sanches; LUCHIARI; Ailton [Orgs.]. América Latina: Sociedade e Meio Ambiente. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- SACHS, Ignacy. (1997). Desenvolvimento sustentável, bio-industrialização descentralizada e novas configurações rural-urbanas: os casos da Índia e do Brasil. In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. [Orgs.]. Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 1997.
- SANTOS, Carmen Sara Nápoles. Un acercamiento al tema de la vulnerabilidad social In: LEMOS, Amália Inês G. de, ROSS, Jurandyr Luciano Sanches, LUCHIARI, Ailton [Orgs.]. América Latina: Sociedade e Meio Ambiente. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- SANTOS, Milton. Paisagem e espaço In: Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton. Da totalidade ao lugar. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2005.
- SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

THIELEN, Helmut. *Ecologia Crítica*. Editora Unisinos: São Leopoldo-RS, 2001.

UNSD – United Nations Statistical Division. *Statistical Databases*. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/databases.htm>, 2006. Acessado em: 06 de junho de 2007.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros. Desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos ambientais (Introdução) In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros. *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.